

as atribuições do 1º cargo, a contar de 10/5/2018.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.
CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO
Subprocuradora-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3095/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das promotorias de justiça de Itaituba;
CONSIDERANDO os termos do ofício nº 068/2018-MP/CPSII, datado de 27/4/2018, protocolizado sob nº 20324/2018, em 27/4/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça OSVALDINO LIMA DE SOUSA para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, exercer nas promotorias de justiça de Itaituba, as atribuições do 2º cargo, nos dias 2 e 3/5/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3096/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das promotorias de justiça de Itaituba;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça OSVALDINO LIMA DE SOUSA para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, exercer nas promotorias de justiça de Itaituba, as atribuições do 2º cargo, no período de 10 a 31/5/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3097/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça OSVALDINO LIMA DE SOUSA para, sem prejuízo das demais atribuições, oficiar perante o juizado especial criminal de Itaituba, no período de 10 a 30/5/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3098/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a vacância do 2º cargo da promotoria de justiça de Novo Progresso;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das promotorias de justiça de Novo Progresso;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça GUSTAVO DE QUEIROZ ZENAIDE para exercer nas promotorias de justiça de Novo Progresso, as atribuições do 2º cargo, a contar de 10/5/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3099/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO o afastamento do promotor de justiça Luiz Alberto Almeida Presotto para cursar mestrado;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Capitão Poço;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 054/2018-MP/Coord., datado de 19/4/2018, protocolizado sob nº 18842/2018, em 19/4/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Capitão Poço, no período de 1º a 31/5/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3100/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a vacância do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 054/2018-MP/Coord., datado de 19/4/2018, protocolizado sob nº 18842/2018, em 19/4/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR o promotor de justiça MÁRCIO SILVA MAUÉS DE FARIA para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de São João de Pirabas, no período de 1º a 31/5/2018, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 3101/2018-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a vacância do cargo da promotoria de justiça de Irituia;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Irituia;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 054/2018-MP/Coord., datado de 19/4/2018, protocolizado sob nº 18842/2018, em 19/4/2018;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Irituia, nos períodos indicados:

I – EMÉRIO MENDES COSTA, de 1º a 15/5/2018;

II – MELINA ALVES BARBOSA, de 16 a 31/5/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de maio de 2018.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

Protocolo: 322357**EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2018-MP/1ºPJB**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESTADO DO PARÁ torna pública a instauração de Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

Portaria Nº 002/2018-MP/1ºPJB

Investigado: ALUNORTE – ALUMINA DO NORTE DO BRASIL S/A.

Assunto: Apurar possível vazamento de rejeito tóxico da empresa ALUNORTE S/A, nas águas do Rio Murucupi, ocorrido no dia 27/04/2009, por volta das 20hs, o que pode ter acarretado contaminação das águas do referido rio.

Laércio Guilhermino de Abreu - Promotor de Justiça

Protocolo: 321784**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e V Froes Saboia ME-Tropical Refrigeração.

Objeto: Serviços de Manutenção das Centrais de AR Condicionado Instalados no Prédio onde funciona as Promotorias de Justiça de Santarém-PA.

Nº. da nota de empenho: 2017NE03773.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.7573; Fonte 0101. Elemento de Despesa:3390-39.

Valor: R\$ 3.610,00 (Três Mil Seiscentos e Dez Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2018.

Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 321755**EXTRATO DA PORTARIA Nº 08/2018-8ª. PJ AGRÁRIA**

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a RETIFICAÇÃO da PORTARIA Nº 08/2018-8ª PJ Agrária a fim de que onde se lê “Converter o Procedimento Administrativo nº 000306-040/2017 em Inquérito Civil” passe a constar “Instaurar Inquérito Civil” que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria Nº 08/2018-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: ITERPA – INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

Assunto: visando apurar suposto descumprimento pela referida Autarquia da obrigação de prestação de informação passiva, conforme estabelecido pelo art. 7º da Lei nº 12527/2011.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 321721**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO****Nº 000104-110/2013****PRESTAÇÃO DE CONTAS – ANO CALENDÁRIO DE 2011**

Entidade: Associação De Integração Esportiva - ASSINE

ARQUIVAMENTO

.....

3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, o Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas e Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial da comarca de Belém, por considerar a ausência de motivos que justifiquem a tramitação deste procedimento preliminar de prestação de contas, decide:

1) PROMOVER, nos moldes do art. 9º da Lei 7.347/1985, o ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, por falta de legitimidade do Ministério Público Estadual, pela Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Comarca de Belém; Belém (PA), 07 de maio de 2018.

Helena Maria Oliveira Muniz Gomes

2º Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de

Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial.

Protocolo: 321927**PORTARIA Nº 3977/2018-MP/PGJ**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, com delegação de poderes, PORTARIA Nº 7.674/2017-MP/PGJ;

R E S O L V E:

PRORROGAR o prazo de instrução do Procedimento Investigatório Criminal nº 000001-009/2017, instaurado pela PORTARIA Nº 4.112/2017-MP/PGJ, de 26/06/2017, publicado no D.O.E. de 11/07/2017, por mais 90 (noventa) dias, nos termos do artigo 12, caput, da Resolução do CNMP nº 13, de 02/10/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR DE JUSTIÇA CRIMINAL, COM DELEGAÇÃO DE PODERES, PORTARIA Nº 7.674/2017-MP/PGJ, Belém, 06 de junho de 2018.

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação de poderes, PORTARIA Nº 7.674/2017-MP/PGJ.

PORTARIA Nº 3978/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, com delegação de poderes, PORTARIA Nº 5.387/2017-MP/PGJ;

R E S O L V E:

PRORROGAR o prazo de instrução do Procedimento Investigatório Criminal nº 001/2017, instaurado pela PORTARIA Nº 121/2018-MP/PGJ, de 15/01/2018, publicado no D.O.E. de 17/01/2017, por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 12, caput, da Resolução do CNMP nº 13, de 02/10/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR DE JUSTIÇA CRIMINAL, COM DELEGAÇÃO DE PODERES, PORTARIA Nº 7.674/2017-MP/PGJ, Belém, 06 de junho de 2018.

HEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA

Procurador-Geral de Justiça, com delegação de poderes, PORTARIA Nº 5.387/2017-MP/PGJ.

Protocolo: 322022